

**Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. –
em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO.....	13
4. INVESTIMENTO.....	14
5. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO).....	15
6. FORNECEDORES.....	17
7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	17
8. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS.....	18
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
10. DESPESAS.....	20
11. RESULTADO FINANCEIRO.....	20
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	20
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO.....	21
14. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	23
15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	23
16. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	24

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	1	1	Fornecedores	6	525	542	518	538
Outros créditos		9	9	9	9	Tributos a recolher		-	20	-	10
		10	10	10	10	Partes relacionadas	7	817	84	817	84
						Outras contas a pagar		30	30	30	30
								1.372	676	1.365	662
Ativos classificados como mantidos para venda	14	861	604	-	-	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	14	672	613	-	-
Total do ativo circulante		871	614	10	10	Total do passivo circulante		2.044	1.289	1.365	662
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	7	-	-	-	683	Fornecedores	6	130	118	130	118
Investimento	4	-	-	182	-	Partes relacionadas	7	-	728	-	728
Total do ativo não circulante		-	-	182	683	Provisão para perda sobre investimentos	4	-	-	-	706
						Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	8	236	200	236	200
						Total do passivo não circulante		366	1.046	366	1.752
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	9	245.313	244.293	245.313	244.293
						Recursos para futuro aumento de capital		359	-	359	-
						Prejuízos acumulados		(247.211)	(246.014)	(247.211)	(246.014)
						Total do patrimônio líquido negativo		(1.539)	(1.721)	(1.539)	(1.721)
TOTAL DO ATIVO		871	614	192	693	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		871	614	192	693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(1.034)	(192)	(999)	(128)
Amortizações		-	(138)	-	-
Total	10	(1.034)	(330)	(999)	(128)
Resultado de equivalência patrimonial	4	-	-	(146)	(281)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.034)	(330)	(1.145)	(409)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	11	(163)	(70)	(52)	9
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.197)	(400)	(1.197)	(400)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	9.4			(0,005)	(0,002)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(1.197)	(400)	(1.197)	(400)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.197)</u>	<u>(400)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(400)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Recursos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		244.293	-	(245.614)	(1.321)
Prejuízo do exercício		-	-	(400)	(400)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		244.293	-	(246.014)	(1.721)
Aumento de capital	9.2	914	-	-	914
Recursos para futuro aumento de capital	9.3	-	465	-	465
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	9.2 e 9.3	106	(106)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(1.197)	(1.197)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	9	<u>245.313</u>	<u>359</u>	<u>(247.211)</u>	<u>(1.539)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(1.197)	(400)	(1.197)	(400)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	4	-	-	146	281
Amortizações	5	-	138	-	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		36	31	36	31
Juros sobre fornecedores e impostos		15	(10)	36	(8)
Juros sobre obrigação de arrendamento		109	81	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Outros créditos		-	1	-	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(20)	4	(44)	(1)
Tributos a recolher		(20)	16	(10)	10
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.077)</u>	<u>(139)</u>	<u>(1.033)</u>	<u>(86)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Integralização de capital		-	-	(8)	-
Recursos para futuro aumento de capital	4	-	-	(343)	-
Partes relacionadas		-	-	-	(282)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(351)</u>	<u>(282)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	9.3	465	-	465	-
Partes relacionadas		919	369	919	369
Pagamento de passivo de arrendamento	5.1	(307)	(229)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>1.077</u>	<u>140</u>	<u>1.384</u>	<u>369</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	-	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	1	1	1
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial (“Bela Vista XIV” ou “Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, na Rua Barão de Caetité, 393, Centro, foi constituída em 19 de novembro de 2013, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social participar no capital social de outras sociedades que tenham por objeto a exploração direta e indireta em empreendimentos para geração e comercialização de energia.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira do Grupo Renova durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., no valor de R\$ 350.000;
- ii) alienação dos ativos UPI Fase B e UPI Brasil PCH,
- iii) alienação das UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos Ventos, finalizadas em junho e julho de 2022, respectivamente (nota 16.2);

- iv) quitação do empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento do Grupo Renova com os recursos recebidos na alienação da UPI Brasil PCH;
- v) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Até a data de emissão desse relatório todos os 26 parques do Grupo Renova já estavam em operação comercial.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados nas classes I, III e IV conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Juros	Saldo em 31/12/2021
Classe I - Credores Trabalhistas	-	30	-		30
Classe III - credores quirografários	148	(17)	(2)	1	130
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	311	(13)	(20)	13	291
Total	459	-	(22)	14	451

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorreram em janeiro de 2022.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em

até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovado, as atas da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$1.197 (2020, R\$400), possui prejuízos acumulados de R\$247.211 (2020, R\$246.014), passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$1.173 (2020, R\$675), e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$1.539 (2020, R\$1.721) (Consolidado).

O plano de recuperação judicial, permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

A Companhia, cercada de todos os cuidados necessários, retomou a construção do seu parque eólico que gerará energia para atender ao mercado livre.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e sua controlada.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2022.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou sua controlada forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e sua controlada.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e sua controlada gerenciam esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 6);
- Transações com partes relacionadas (nota 7).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a

obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e sua controlada calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras da controlada Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. – em recuperação judicial (“Ventos de São Cristóvão”). A seguir a descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

4. INVESTIMENTO

A Companhia possui 99,99% de participação no capital social da Ventos de São Cristóvão, sociedade que tem como objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, e implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos eólicos, a qual foi adquirida em 8 de maio de 2015. A controlada encontra-se com suas atividades paralisadas, e suas principais informações encontram-se demonstradas a seguir:

Companhia	Patrimônio líquido	
	31/12/2021	31/12/2020
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	182	(706)

4.1. MOVIMENTAÇÃO DO INVESTIMENTO:

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(425)
Equivalência patrimonial	(281)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(706)
Adição	691
Adiantamento para futuro aumento de capital	343
Equivalência patrimonial	(146)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	182

4.2 Informações contábeis da controlada

De acordo com o requerido no CPC 45, apresentamos as informações contábeis da Ventos de São Cristóvão:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	31/12/2020
			CIRCULANTE		
			Fornecedores	7	4
			Tributos a recolher	-	10
CIRCULANTE				7	14
Ativos classificados como mantidos para venda	861	604	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	672	613
			Total do passivo circulante	679	627
			NÃO CIRCULANTE		
			Partes relacionadas	-	683
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	16.234	15.458
			Recursos para futuro aumento de capital	258	-
			Prejuízos acumulados	(16.310)	(16.164)
			Total do patrimônio líquido	182	(706)
TOTAL DO ATIVO	861	604	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	861	604

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	(35)	(63)
Despesas com amortização	-	(138)
Resultado financeiro	(111)	(80)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(146)	(281)

5. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferência ativos mantidos para venda (nota 14)	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado em curso				
A ratear	179.201	-	-	179.201
Terrenos	136	-	-	136
Equipamentos de subestação	135	-	-	135
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(179.472)	-	-	(179.472)
Total do imobilizado em curso	-	-	-	-
Direito de uso				
Contratos de arrendamento	-	257	(257)	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	-	-	-
Total do direito de uso	-	257	(257)	-
Total do imobilizado	-	257	(257)	-

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Transferência ativos mantidos para venda (nota 14)	Saldos em 31/12/2020
Imobilizado em curso				
A ratear	179.201	-	-	179.201
Terrenos	136	-	-	136
Equipamentos de subestação	135	-	-	135
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(179.472)	-	-	(179.472)
Total do imobilizado em curso	-	-	-	-
Direito de uso				
Contratos de arrendamento	510	360	(870)	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	(128)	(138)	266	-
Total do direito de uso	382	222	(604)	-
Total do imobilizado	382	222	(604)	-

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a gastos iniciais com obras civis, subestações e gastos diversos para desenvolvimento do projeto.

A Companhia e sua controlada mantem a provisão para perdas por redução ao valor recuperável anteriormente constituída, no montante de R\$179.472, consolidado (R\$164.246, controladora), considerando que não há expectativa de realização para o investimento realizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve movimentação no imobilizado da Companhia.

5.1 DIREITO DE USO – ARRENDAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Controlada identificou 64 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2021</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	287
Direito de uso do ativo arrendado	1.127	(-) Juros a apropriar	<u>(78)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(266)</u>	Total do passivo circulante	209
	861	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	589
		(-) Juros a apropriar	<u>(126)</u>
		Total do passivo não circulante	463
Transferência para ativos mantidos para venda	(861)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(672)
Ativo total	<u><u>-</u></u>	Passivo total	<u><u>-</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da controladora Renova Energia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Resultado financeiro

Juros sobre obrigação de arrendamento 109

Em 31 de dezembro de 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2023	(47)	288
2024	(22)	139
2025	(13)	23
2026	(12)	23
2027	(10)	23
2028 a 2033	<u>(22)</u>	<u>93</u>
Total	<u><u>(126)</u></u>	<u><u>589</u></u>

6. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	234	231	227	227
Fornecedores recuperação judicial	421	429	421	429
Total	655	660	648	656
Apresentados como:				
Circulante	525	542	518	538
Não circulante	130	118	130	118
Total	655	660	648	656

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.1, totaliza R\$421, sendo R\$130 - Classe III e R\$291 - Classe IV.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Renova Energia						
Rateio de despesa ^(a)	-	817	84	(919)	(67)	
Adiantamento para futuro aumento de capital ^(b)	-	-	728	-	-	
	-	817	812	(919)	(67)	
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis						
Adiantamento para futuro aumento de capital ^(b)	683	-	-	-	-	
	683	817	812	(919)	(67)	

- a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.
- b) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela controladora Renova Energia na Companhia e pela Companhia na sua controlada, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

8. PROVISAO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantém provisão no montante de R\$236 (2020, R\$200) para riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$245.313 (2020, R\$244.293) e está dividido em 245.313.150 (2020, 244.293.570) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

9.2 Aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou dois aumentos de capital:

- a. Em 22 de março de 2021, aumento de capital no montante de R\$800, mediante a emissão de 800.351 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$728 e (ii) créditos detidos pela acionista contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$72.
- b. Em 06 de maio de 2021, aumento de capital no montante de R\$220, mediante a emissão de 219.229 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$106 e (ii) créditos detidos pela acionista contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$114.

9.3 Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Renova Energia, no montante de R\$465, dos quais R\$106 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R\$359, será capitalizado até a assembleia de acionistas que aprovará as contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

9.4 Resultado por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição em ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(1.197)	(400)
<u>Prejuízo por ação básico e diluído:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>245.060</u>	<u>244.294</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,005)</u>	<u>(0,002)</u>

10. DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal e administradores	(714)	(72)	(714)	(72)
Serviços de terceiros	(243)	(4)	(225)	(4)
Telefonia e TI	(39)	-	(39)	-
Impostos e taxas	(33)	(74)	(16)	(10)
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 8)	-	(34)	-	(34)
Outras	(5)	(8)	(5)	(8)
Total	<u>(1.034)</u>	<u>(192)</u>	<u>(999)</u>	<u>(128)</u>
<u>Amortizações (nota 5)</u>	-	(138)	-	-
Total	<u>(1.034)</u>	<u>(330)</u>	<u>(999)</u>	<u>(128)</u>

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras				
Juros sobre obrigação de arrendamento (nota 5.1)	(109)	(81)	-	-
Atualização monetária contencioso	(36)	2	(36)	2
Juros sobre fornecedores e impostos	(17)	-	(15)	-
Despesas bancárias	(1)	(1)	(1)	(1)
	<u>(163)</u>	<u>(80)</u>	<u>(52)</u>	<u>1</u>
Despesas financeiras PRJ				
Juros sobre fornecedores e impostos ¹	-	10	-	8
Total das despesas financeiras	<u>(163)</u>	<u>(70)</u>	<u>(52)</u>	<u>9</u>
Total do resultado financeiro	<u>(163)</u>	<u>(70)</u>	<u>(52)</u>	<u>9</u>

Nota 1: De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal do exercício	(956)	(129)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(194)	(65)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(1.150)</u>	<u>(194)</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	1	1
Passivos financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	525	542	525	542
Partes relacionadas	817	84	817	84
Não circulantes				
Fornecedores	130	118	130	118
Partes relacionadas	-	728	-	728

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	1	1
Não circulantes				
Partes relacionadas	-	683	-	683
Passivos financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	518	538	518	538
Partes relacionadas	817	84	817	84
Não circulantes				
Fornecedores	130	118	130	118
Partes relacionadas	-	728	-	728

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	1	-
Passivos Financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	-	525	-	542
Partes relacionadas	-	817	-	84
Não circulantes				
Fornecedores	-	130	-	118
Partes relacionadas	-	-	-	728

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	1	-
Não circulantes				
Partes relacionadas	-	-	-	683
Passivos Financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	-	518	-	538
Partes relacionadas	-	817	-	84
Não circulantes				
Fornecedores	-	130	-	118
Partes relacionadas	-	-	-	728

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.1. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

14. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Conforme mencionado na nota 1.1, os planos de recuperação judicial preveem a alienação de alguns projetos em desenvolvimento. Assim, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia classificou determinados ativos e passivos, como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Direto de uso arrendamento	861	604
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Arrendamentos a pagar	672	613

15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	4.1	-	-	683	-
Direito de uso - Arrendamento	5	257	360	-	-
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	9.2	728	-	728	-
Aumento de capital com rateio de despesas	9.2	186	-	186	-
Outras contas a pagar x Contencioso		-	30	-	30

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

16.1 Mudança da composição do controle da controladora Renova Energia

16.1.1 CEMIG GT

Em 06 de maio de 2022, Cemig GT e a sua controladora indireta CEMIG, divulgaram Fato Relevante informando a conclusão, em 05 de maio de 2022, da alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova Energia, e a cessão de forma onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face da controlada Renova Comercializadora, pelo valor total de R\$ 60.000 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da Transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Renova Energia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova Energia.

Como consequência da operação realizada pela CEMIG, o Conselho de Administração da Renova Energia, em reunião extraordinária realizada no dia 05 de maio de 2022, apreciou os pedidos de renúncia apresentados pelos conselheiros Srs. Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier e Antonio Carlos Veléz Braga e, ainda, do Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Cruz Schneider.

Na mesma reunião, ficou consignado que o Sr. Geoffrey David Cleaver continua como membro do Conselho de Administração, mas como indicado pelo bloco de controle da Renova Energia e foram eleitos os Srs. Sergio Ros Brasil Pinto e Luiz Eduardo Bittencourt Freitas, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Renova Energia. O Sr. Sergio Ros Brasil Pinto foi eleito Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Renova Energia.

16.1.2 Sr. Ricardo Lopes Delneri

Conforme Fato Relevante divulgado em 06 de maio de 2022, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Renova Energia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Nesse sentido e, considerando a conclusão da transação entre a Cemig GT e a AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a composição acionária resumida da Renova Energia passará a ser da seguinte forma:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.356.007	47,47%	-	0,00%	26.356.007	24,07%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	27,22%	0	0,00%	15.115.371	13,81%
Caetité Participações	10.356.384	18,65%	-	0,75%	10.763.179	9,83%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
Outros Acionistas	29.165.861	52,53%	53.958.180	100,00%	83.124.041	75,93%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,75%	406.795	0,37%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Ricardo Lopes Delneri	7.215.870	13,00%	15.126.315	28,03%	22.342.185	20,41%
Outros	13.776.326	24,81%	28.058.609	52,00%	41.834.935	38,21%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,75%	109.480.048	100,37%

¹ Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

16.2 Venda de ativos

16.2.1 UPI Enerbras

Em 06 de junho de 2022 a controladora Renova Energia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a controladora Renova Energia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da parte relaciona Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”), pelo valor de R\$ 265.800.

O montante correspondente a 8% do preço (Parcela de Garantia – 3% e Parcela Diferida 5%) permanecerá reservado para eventuais ajustes de preço, dentro do prazo máximo de 06 meses, em decorrência de determinadas condicionantes previstas no Contrato de Compra e Venda.

Em 11 de julho de 2022 a controladora Renova Energia recebeu o montante de R\$29.606 referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida.

Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela controladora Renova Energia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228.124; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais do Grupo Renova.

16.2.2 UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a controladora Renova Energia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A controladora Renova Energia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a controladora Renova Energia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais do Grupo Renova.

16.3 Cronograma de implantação

Em 16 de dezembro de 2022 a controladora Renova Energia informou que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

16.4 Homologação aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

16.5 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

16.6 Aditamento aos planos de recuperação judicial (acordo de Standstill)

Em 10 de dezembro de 2023, a controladora Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com os credores titulares de créditos com garantia real – classe II (“Credores com Garantia Real”), celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os “Planos”), os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.

* * *